

| Formulário de Consulta Pública

No âmbito do quadro legal de atribuições das autarquias locais, primordialmente identificado com a Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, é incumbido aos municípios, em geral, o dever de prosseguir os interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas, designadamente, no que tange ao desenvolvimento, à salubridade pública e à defesa e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida do respetivo agregado populacional.

Por outro lado, constitui uma competência das câmaras municipais a prestação de apoio a estratos desfavorecidos, pelos meios adequados e nas condições constantes do regulamento municipal, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 4, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A existência de habitações condignas representa um dos vetores base essenciais para a qualidade de vida dos municípios.

A fase de Consulta Pública do Regulamento de Apoios para Habitação aos Agregados Familiares Carenciados do Município das Lajes do Pico desenrola-se, assim por um período de 30 dias, entre 27 de janeiro e 25 de fevereiro de 2022.

Identificação:

Nome: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Freguesia: _____

Participação



Obrigado pelo seu contributo!